



## Plano de Transição Agroecológica da Região da PA 279 *Agroecologic Transition Plan for the PA 279 Region*

TARARAN, Samuel<sup>1</sup>; MAIER, Thais Ferreira <sup>2</sup>; KRULL, Karen Nobre<sup>3</sup>; EWERT, Martin<sup>4</sup>; GARCIA, Julia<sup>5</sup>; SILVA, Jimi Amaral<sup>6</sup>

<sup>1</sup> The Nature Conservancy, samuel.tararan@tnc.org; <sup>2</sup> The Nature Conservancy, tferreira@tnc.org;

<sup>3</sup> Imaflora, karen.krull@imaflora.org; <sup>4</sup> The Nature Conservancy, martin.ewert@tnc.org; <sup>5</sup> Instituto Terroá, julia.garcia@terroa.org; <sup>6</sup> Centro Internacional de Pesquisa Agroflorestal (ICRAF), j.amaral@cifor-icraf.org

### RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

#### Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

**Resumo:** O relato de experiência técnica apresentado neste estudo descreve o processo de construção do Plano de Fortalecimento Agroflorestal para a Transição Agroecológica da região da PA 279. O plano foi desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, apoio do Imaflora, GCF Task Force e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e consultoria contratada do Instituto Terroá. A abordagem participativa envolveu produtores rurais, organizações locais e instituições de assistência técnica. Foram realizados levantamentos de dados primários e entrevistas com produtores rurais para elaboração de um diagnóstico e perfil de maturidade das propriedades. O plano resultante envolveu a adoção de sistemas agroflorestais, redução do uso de insumos químicos e valorização da cultura local. A experiência mostrou que a transição agroecológica é possível e pode ser alcançada através da participação e colaboração de diversos atores locais. Os resultados obtidos indicam que a adoção de práticas agroecológicas pode contribuir para a sustentabilidade da agricultura familiar, aumentando a biodiversidade e a produtividade, além de melhorar a qualidade do solo. A experiência pode ser replicada em outras regiões para promover a transição agroecológica e contribuir para um futuro mais sustentável.

**Palavras-Chave:** agroecologia; sistemas agroflorestais; biodiversidade; agricultura familiar; sustentabilidade.

#### Contexto

A agricultura familiar representa cerca de 40% dos impactos do desmatamento no sudeste do Pará e mesmo com o potencial sustentável do cacau e o estabelecimento significativo da sua cadeia produtiva nos municípios de São Félix do Xingu (SFX), Tucumã e Ourilândia do Norte, nos últimos anos, os sistemas de cultivo preponderantes ainda são simplificados, o que representa o alto uso de insumos químicos, baixa produtividade, baixa biodiversidade e perda da saúde e fertilidade do solo. É clara a necessidade de diminuir a dependência de insumos químicos nestes sistemas, aumentando a autonomia produtiva das famílias, sua qualidade de vida e maiores retornos econômicos. Assim como potencializar a conservação e reprodução dos recursos naturais ao propor estratégias produtivas aliadas ao meio ambiente.

A PA 279 é uma rodovia estadual do Pará que interliga os municípios Água Azul, Tucumã, Ourilândia e São Félix do Xingu até a BR 155 em Xinguara. Desde meados



da década de 70 promove a integração e desenvolvimento econômico destas áreas, possibilitando o transporte de produtos e pessoas. Ao mesmo tempo contribui com processos de homogeneização cultural aliados à perspectiva de exploração utilitária dos recursos naturais, promovendo cenários de forte pressão antrópica. Segundo o INPE (2022) o município de São Félix do Xingu apresenta uma das maiores taxas de desmatamento do estado, ficando atrás apenas do município de Altamira.

O plano de transição agroecológica em desenvolvimento nesta região objetiva o estabelecimento de caminhos sustentáveis voltados ao desenvolvimento econômico rural, a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da autonomia produtiva dos agricultores familiares. Assim como, a adequação ambiental dos lotes rurais familiares, a redução do uso de insumos químicos, aumento da produtividade e diversidade de produtos para consumo, comercialização e melhoria da renda, fortalecendo cadeias produtivas da sociobioeconomia. Ao mesmo tempo, visa fortalecer a biodiversidade e aumentar a fertilidade do solo, diminuindo a pressão para supressão de vegetação florestal com a finalidade da expansão de áreas agrícolas. Para tal é necessário a criação de caminhos de convergência entre os atores que fomentam estratégias de desenvolvimento rural no território, de forma que o impacto das iniciativas gere alternativas viáveis, superando os bons exemplos individuais.

### **Descrição da Experiência**

No último trimestre de 2022 foram iniciadas as primeiras articulações para construção do plano de transição agroecológica na região, este contou com o envolvimento de ONGs, cooperativas, prefeituras, instituições de assistência técnica rural (ATER) e agricultura familiar, municípios de São Félix do Xingu (SFX), Tucumã e Ourilândia do Norte, no Estado do Pará. Em 2023 foi dada continuidade a este trabalho, sendo feito um levantamento de dados primários e entrevistas com 60 produtores rurais para a elaboração de um diagnóstico e um perfil de maturidade das propriedades além de entrevistas com mais de 10 instituições locais, incluindo cooperativas, sindicatos rurais, poder público, organizações da sociedade civil, organizações não governamentais (ONG's) e organizações prestadoras de serviços de ATER. A Escala de Maturidade é uma ferramenta desenvolvida para construir um olhar sistêmico e integrado sobre 5 dimensões que foram avaliadas, abaixo descritas. Esta avaliação é classificada em 3 diferentes níveis de maturidade, divididas em aprendiz, estruturada e sustentável, com requisitos pré-estabelecidos para cada um destes níveis de maturidade associados às dimensões avaliadas.

Como resultado do levantamento de dados primários, entrevistas realizadas com 60 produtores rurais, foi construído um diagnóstico e um perfil de maturidade das unidades produtivas que serviu de apoio para a compreensão dos principais desafios locais e para a construção de um plano de fortalecimento envolvendo as diversas organizações atuantes na região, como cooperativas, sindicatos rurais, poder público, organizações da sociedade civil, ONG's e organizações prestadoras de serviços de ATER.



Em junho de 2023, o Instituto de Conservação Ambiental (TNC - The Nature Conservancy) finalizou a construção de um “Plano de Fortalecimento Agroflorestal para a Transição Agroecológica da região da PA 279”. Esta iniciativa ocorreu em parceria com o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, apoio do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Climate and Forests Task Force e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e consultoria contratada do Instituto Terroá. Este plano busca identificar, analisar e propor soluções aos principais entraves existentes para o engajamento das partes interessadas nos processos de adesão às práticas agroecológicas nos municípios de Ourilândia, São Félix do Xingú e Tucumã.

Como parte metodológica deste trabalho foi realizada uma oficina para construção participativa do Plano de Fortalecimento Agroflorestal para a Transição Agroecológica da região da PA 279. O evento contou com a participação de 14 organizações parceiras e mais de 60 participantes dos setores governamentais, cooperativas e associações, organizações do terceiro setor, universidades, centros de pesquisa e de assistência técnica, além dos produtores, atores centrais para a criação deste plano. No evento foram analisadas cinco dimensões consideradas centrais para o avanço das agroflorestas na região da PA 279 e estratégias para a construção de um plano, levando em consideração gargalos e desafios, assim como as oportunidades e recomendações para o avanço da agroecologia no território, desenvolvidos através de processo participativo com atores-chaves.

Segue, abaixo, as considerações acerca das cinco dimensões analisadas através do levantamento de dados e discutidas na oficina participativa.

## 1. Acesso a conhecimento e acesso a ATER

Na região existe assistência técnica fornecida por instituições públicas e privadas, contudo, não consegue contemplar a demanda existente e muitas vezes não é continuada. Além de existirem poucos servidores públicos no território para atender a alta demanda da agricultura familiar, esta assistência está condicionada a práticas convencionais, com pouca inovação, baixa ou nula valorização de processos baseados na natureza e altamente dependente de insumos químicos. Apesar de existir uma universidade federal, a UNIFESSPA, não existe nenhum curso voltado para ciências agrônomicas e muito menos fomento à pesquisa e desenvolvimento em agroecologia.

No geral, menos de 5% dos entrevistados mencionaram que já participaram de alguma capacitação ou se sentem preparados para aplicar práticas agroecológicas.

## 2. Gestão Financeira e Acesso a Crédito

Primeiro se avaliou os aspectos de controle financeiro nas propriedades, sendo realizado por cerca de 1/3 da amostra analisada, ocorrendo de forma básica,



anotações em cadernos e apenas as entradas e saídas da produção ou no máximo mantendo as notas de venda.

Pouco mais de 1/3 também indicou acessar crédito rural, seja público ou privado, sendo que a maior dificuldade se resume a problemas de documentação, como documentos que comprovem a titularidade da terra ou por acumularem já algum tipo de impedimento junto aos bancos.

Mais de 90% dos entrevistados mencionaram desconhecer ou não possuir capital de giro para sustentar as operações ou poder financiar as atividades produtivas.

### 3. Sistema Produtivo, Adoção De Práticas Agroecológicas e Sustentabilidade

Apesar de pouca oferta de capacitações e ATER em agriculturas de base ecológicas, cerca de 20% manifestaram trabalhar com produção orgânica ou agroecológica, no entanto apenas 1% afirmou poder rastrear a produção com garantias socioambientais através de certificações. Não existe acesso a adubo orgânico na região e apesar dos altos preços de insumos químicos, quando aplicados os custos de transporte, os valores dos insumos orgânicos acabam sendo equivalentes ao químico ou até superando, a depender das quantidades e das compras coletivas.

Menos de 10% trabalha sistemas agroflorestais biodiversos, no entanto não manejam o sistema de forma integrada, mas focam apenas no cacau, perdendo a oportunidade de se trabalhar a ciclagem de nutrientes e outras funções de interação de espécies existentes no SAF.

As práticas dos produtores tradicionais em propriedade limítrofes, como a aplicação de pulverização aérea e a consequente contaminação dos solos e da água, também foram consideradas barreiras para a transição, bem como para os processos de certificação orgânica e agroecológica.

### 4. Beneficiamento e acesso a mercados

A análise de beneficiamento focou no cacau. A maioria dos produtores realizam o beneficiamento primário do cacau, ou seja, fermentação e secagem da amêndoa, e vendem para cooperativas na região ou para atravessadores, contudo a maioria das amêndoas possuem baixa qualidade e poucos produtores possuem estrutura adequada para o beneficiamento primário, atendendo critérios de boas práticas de manejo. Alguns produtores também beneficiam o cacau para produção de polpa de frutas e nenhum transforma o cacau em chocolate ou outros derivados.

Tratando dos produtos a serem consorciados com o cacau no modelo de SAF, o grupo levantou questões relacionadas à diversificação do portfólio, e apontou que, atualmente, os produtores não recebem investimento para o beneficiamento de outros produtos, como banana, açaí, mandioca e mel, por exemplo.



Quando questionados sobre o acesso a mercados de outros produtos fora cacau e políticas públicas, como o PAA e o PNAE, apenas 6,7% dos entrevistados relataram já ter acessado alguma política de compra pública. Alguns agricultores apresentaram resistência a acessar esse tipo de política pública devido a problemas no processo de pagamento e/ou a distância dos locais de recebimento das mercadorias, uma vez que o escoamento é feito pelo produtor.

Também foram sistematizados desafios referentes à implantação de agroindústrias, que tem um custo alto para as associações e cooperativas e acabam sendo centralizadas por grandes produtores ou empresas privadas.

## 5. Transporte e Logística e Associativismo

Produtores das regiões mais distantes relatam dificuldades com a estrutura das estradas, ocasionando elevado custo logístico e longas distâncias e extensão territorial entre sede de municípios e distritos/comunidades. Essas questões de logística apareceram no debate não apenas quando se referia ao escoamento do cacau, mas, também se relacionava com os produtos consorciados bem como os produtos beneficiados, como o caso das polpas de frutas, que dependem de logística de câmara fria. As principais demandas referentes ao transporte e logística são endereçadas ao poder público, responsável pela manutenção das estradas e pela construção de centros de abastecimento ou entrepostos próximos às comunidades produtoras.

A unidade produtiva de metade dos produtores entrevistados encontra-se em local de difícil acesso para os locais do mercado consumidor, fazendo com que o produtor acabe arcando com altos custos de deslocamento e tendo problemas com a perecibilidade/qualidade do produto. Menos de 10% dessas unidades contam com a proximidade do mercado consumidor e com o distribuidor de matéria-prima, reduzindo custos de deslocamento e garantindo uma entrega mais rápida de um produto com qualidade.

## Resultados

No âmbito dos resultados obtidos, foi alcançado o comprometimento das 14 instituições participantes da oficina para a efetivação do plano em desenvolvimento, adotando uma abordagem participativa e integrada. Foi estabelecida uma lista de mais de 50 ações prioritárias a serem executadas, visando suprir as limitações e dificuldades identificadas, de modo a viabilizar efetivamente a transição agroecológica no território. Dessas ações, foram priorizadas 10 para serem implementadas ou iniciadas no decorrer do ano de 2023, incluindo a designação das instituições parceiras responsáveis por cada uma delas e a definição de prazos.



Cumpra mencionar que algumas instituições já possuem ações estabelecidas nos seus respectivos planos, enquanto outras necessitam elaborar projetos a fim de angariar recursos que viabilizem sua execução.

Encontramo-nos atualmente na fase de execução das 10 ações definidas nos 5 eixos temáticos prioritários, previamente mencionados e novamente expostos abaixo, acompanhados de uma descrição mais pormenorizada:

1. Formação: Elaboração de cartilhas didáticas e realização de programas de formação de multiplicadores, com o intuito de disseminar o conhecimento agroecológico.
2. Produção e Beneficiamento: Estabelecimento de uma fábrica de insumos agroecológicos e de um viveiro de mudas, como forma de fornecer recursos e materiais necessários para a adoção de práticas sustentáveis.
3. Investimento: Desenvolvimento de um Plano de Negócios que permita orientar as atividades econômicas no âmbito da agricultura familiar e disponibilização de assistência técnica para facilitar o acesso a crédito e editais específicos.
4. Políticas Públicas: Fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim como a reativação dos Conselhos de Participação Popular, de modo a garantir a promoção e a implementação de políticas que apoiem a agricultura familiar sustentável.
5. Pesquisa e Desenvolvimento: Implementação de um programa de fixação de jovens no meio rural, por meio da criação de oportunidades atrativas e perspectivas de futuro, e condução de estudos de viabilidade econômica para embasar decisões e estratégias eficazes.

É crucial ter em mente que a transição de sistemas agrícolas simples e convencionais para agriculturas de base ecológica é um processo gradual e continuado de educação e que requer amplo engajamento dos agricultores e das instituições locais. Dessa forma, optamos por adotar uma visão de longo prazo e a promoção de processos participativos, que incluem atores governamentais, a fim de assegurar que os eixos de sustentabilidade (econômico, ambiental e social) possam ser ampliados de forma que também contemplem as esferas cultural política e ética, a fim de que atendam às necessidades da agricultura familiar de maneira efetiva e coerente com os princípios e pilares agroecológicos.

Nesse sentido, é imprescindível considerar as particularidades e os desafios inerentes à transição agroecológica, além de ressaltar a relevância dessa abordagem para a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e o fortalecimento da agricultura familiar como pilar fundamental do desenvolvimento territorial e da coevolução entre o ser humano e natureza.

### **Referências bibliográficas**



INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (2022a). Terra Brasilis. Taxa de desmatamento – Amazônia Legal – Estados. Disponível em: [http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates). Acesso em: 01 julho. 2023.